



IMPRENSA OFICIAL

do Município de Osasco

www.OSASCO.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 14.536, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

Declara luto oficial por 3 (três) dias no Município de Osasco, pelo falecimento do Secretário Adjunto da SECONTRU Adilson Custódio Moreira.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial no Município, por 3 (três) dias, a partir desta data, como expressão de profundo pesar, pelo falecimento do Secretário Adjunto da SECONTRU Adilson Custódio Moreira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 06 de janeiro de 2025.

GERSON PESSOA
Prefeito

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3344/2024 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFEÇÃO E ENTREGA DE TÊNIS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que estará à disposição dos interessados nos **sítios**: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **07/01/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **21/01/2025 às 10h00min.**

Osasco, 06 de janeiro de 2025

Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº. 02.628/2024

NOTA DE EMPENHO nº. 32965/2024

DL: 514/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – SAS

CONTRATADA: M&M BOMBONATO MOVEIS LTDA

CNPJ: 36.316.683/0001-38

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA CASA DE PASSAGEM MUNICIPAL

ASSINATURA: 06/01/2025

VALOR: R\$ 3.597,00 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS)

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

**OSASCO****Secretaria Executiva de
Compras e Licitações**
Gabinete da Secretária**DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE****TERMO:** Decisório**FEITO:** Julgamento de Processo Administrativo de Penalidade**OBJETO:** Registro de Preços para Locação e Higienização de Banheiros Químicos**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 021.186/2023**1. DO RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo sancionatório instaurado pela Secretaria de Compras e Licitações para apuração do descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **FIVE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E EVENTOS**, no procedimento de contratação.

A referida contratação entre a Prefeitura do Município de Osasco e a empresa Five locação de máquinas é decorrente da Ata de Registro de Preço (ARP nº 76/2023), oriunda do Pregão eletrônico nº 16/2023, vinculado ao Processo Administrativo nº 20.960/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para Locação e Higienização de Banheiros Químicos.

Neste contexto, considerando os elementos probatórios constantes nos autos do processo sancionatório, a empresa Five locação de máquinas não providenciou a devida execução da ARP nº 76/2023. Os banheiros que foram entregues apresentavam condições impróprias para o seu uso, sem abastecimento de insumos, trincas quebradas, além de estarem sujos e pixados. Além disso, a empresa não entregou 8 (oito) banheiros PCD e 2 (dois) banheiros VIP.

Assegurada a ampla defesa e o contraditório, a Procuradoria Geral do Município, por meio de parecer jurídico exarado às fls. 41/43, opinou pela regularidade da sugestão de aplicação de **MULTA** de 15 % sobre o valor correspondente à parte inadimplente, no caso à empresa Five locação de máquinas, nos termos e fundamentos dispostos abaixo.

É o relatório.

2. DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação foi regida pela Lei nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº 11.750/2018, o que enseja a verificação das intercorrências do contrato e a aplicação das respectivas penalidades, conforme os mesmos diplomas.

**OSASCO**Secretaria Executiva de
Compras e Licitações
Gabinete da Secretária

A dosimetria da pena foi aplicada observando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, interesse público e individualização da pena.

Conforme relato da Sra. Diretora de Compras, Contratações e Suprimentos da Secretaria de Educação, anexo às fls. 35 e 64 do processo sancionatório, a empresa Five locação de máquinas, não entregou 8 (oito) banheiros PCD e 2 (dois) banheiros VIP, em desacordo com o solicitado inicialmente pela Secretaria de Educação. Essa omissão configura a inexecução parcial do contrato.

Vejamos a fundamentação que traz o inciso VI, do artigo 64, do Decreto Municipal 11.750/2018, para os casos de inexecução total e parcial das condições previamente pactuadas:

Art. 64 - O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas editalícias e/ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes;

I - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 15% (quinze por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

Desse modo, concluímos que a penalidade imposta à empresa **Five Locações de Máquinas** será a aplicação de **MULTA MORATÓRIA** no importe de 15% sobre o valor correspondente à parte inadimplente, nos termos do inciso I, do artigo 64, do Decreto Municipal 11.750/2018.

Assim, considerando que o valor correspondente à parte inadimplente, é de R\$ 2.990,00 (dois mil, novecentos e noventa reais) a multa a ser aplicada à empresa **FIVE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E EVENTOS**, será de 15% desse valor, correspondendo a R\$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

3. DA DECISÃO

Considerando o disposto no inciso I, do artigo 64, do Decreto Municipal nº 11.750/2018, **DECIDO:**

**OSASCO****Secretaria Executiva de
Compras e Licitações**
Gabinete da Secretária

- Aplicar à empresa **FIVE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E EVENTOS** a penalidade de **MULTA MORATÓRIA** no montante de R\$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a 15% do valor inadimplente.

Conforme o disposto no artigo 81, do Decreto Municipal nº 11.750/2018, esta decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco. A partir da publicação, o interessado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso à Autoridade Superior, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

Interposto eventual recurso pelo processado, os autos serão encaminhados à autoridade máxima para análise e julgamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 82, do Decreto Municipal nº 11.750/2018.

Osasco, 18 de dezembro de 2024

Meire Regina Hernandes

Secretária Executiva de Compras e Licitações

**OSASCO****Secretaria Executiva de
Compras e Licitações**
Gabinete da Secretária**DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE****TERMO: Decisório****FEITO: Julgamento de Processo Administrativo de Penalidade****OBJETO: Registro de Preços para o fornecimento de Açúcar e Filtro.****PROCESSO ADMINISTRATIVO: 002502/2024****1. DO RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo sancionatório instaurado pela Secretaria de Compras e Licitações para apuração de descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **COMERCIAL PREMIUM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, no procedimento de contratação.

A referida contratação entre a Prefeitura do Município de Osasco e a empresa Comercial Premium é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 151/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 069/2023, vinculado ao Processo Administrativo nº 11.1923/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para o fornecimento de Açúcar e Filtro.

Neste contexto, considerando os elementos probatórios constantes nos autos do processo sancionatório, a empresa Comercial Premium comprovadamente retardou a assinatura da Autorização de Fornecimento (AF nº 1393/2024) por 17 (dezesete) dias úteis.

Assegurada a ampla defesa e o contraditório, a Procuradoria Geral do Município, por meio de parecer jurídico exarado às fls. 38/39, opinou pela regularidade da sugestão de aplicação **ADVERTÊNCIA**, à empresa Comercial Premium, nos termos e fundamentos dispostos abaixo.

É o relatório.

2. DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação foi regida pela Lei nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº 11.750/2018, o que enseja a verificação das intercorrências do contrato e a aplicação das respectivas penalidades, conforme os mesmos diplomas.

A dosimetria da pena foi aplicada observando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, interesse público e individualização da pena.

Conforme relato do Sr. Diretor de Registro de Preços, anexo às fls. 33 do processo sancionatório, a empresa detentora providenciou a assinatura da Autorização de Fornecimento com 17 (dezesete) dias úteis de atraso, em desacordo com as cláusulas editalícias e contratuais.

**OSASCO****Secretaria Executiva de
Compras e Licitações**
Gabinete da Secretária

Vejamos a fundamentação que traz o artigo 63, do Decreto Municipal 11.750/2018, que prevê a possibilidade de aplicação de advertência decorrente da prática de infrações leves, entendidas aquelas que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para Administração;

Art. 63 A sanção de advertência, prevista no inciso I do art. 87 da Lei nº [8.666/93](#), consiste na comunicação formal ao infrator decorrente da prática de infrações leves assim entendidas aquelas que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

Desse modo, concluímos que a penalidade imposta à empresa **Comercial Premium** será a aplicação de **ADVERTÊNCIA** nos termos do artigo 63, do Decreto Municipal 11.750/2018.

3. DA DECISÃO

Considerando o disposto no artigo 63, do Decreto Municipal nº 11.750/2018, **DECIDO:**

- Aplicar à empresa **COMERCIAL PREMIUM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** a penalidade de **ADVERTÊNCIA**.

Conforme o disposto no artigo 81, do Decreto Municipal nº 11.750/2018, esta decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco. A partir da publicação, o interessado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso à Autoridade Superior, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

Interposto eventual recurso pelo processado, os autos serão encaminhados à autoridade máxima para análise e julgamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 82, do Decreto Municipal nº 11.750/2018.

Osasco, 18 de dezembro de 2024

Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Compras e Licitações
GABINETE DA SECRETÁRIA

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

TERMO: Decisório

FEITO: Julgamento de Processo Administrativo de Penalidade

OBJETO: Registro de Preços para o fornecimento de Suportes e cestos Lixo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003304/2024

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo sancionatório instaurado pela Secretaria de Compras e Licitações para apuração de possível descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **CONTERLUB SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, no procedimento de contratação.

A referida contratação entre a Prefeitura do Município de Osasco e a empresa Conterlub Soluções é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 121/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90.007/2024, vinculado ao Processo Administrativo nº 848/2024, cujo objeto é o Registro de Preços para o fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo.

Neste contexto, considerando os elementos probatórios constantes nos autos do processo sancionatório, a empresa Conterlub Soluções omitiu sua inadimplência referente à regularidade junto à Receita Federal, o que impossibilitou a emissão de certidão de regularidade fiscal válida, no momento da assinatura da ARP nº 121/2024.

Assegurada a ampla defesa e o contraditório, a Procuradoria Geral do Município, por meio de parecer jurídico exarado às fls. 32/33, opinou pela regularidade da sugestão de aplicação de **ADVERTÊNCIA**, à empresa Conterlub Soluções, nos termos e fundamentos dispostos abaixo.

É o relatório.

2. DOS FUNDAMENTOS

Frise-se que, a presente contratação foi entabulada com base na Lei nº 14.133/2021, bem como pelo Decreto Municipal nº 13.877/2023, fato que ensejou a verificação das intercorrências do contrato e respectivas penalidades através dos mesmos diplomas.

A dosimetria da pena foi aplicada observando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e do interesse público.

Conforme manifestação do Sr. Diretor de Registro de Preços às fls.03/16, no momento que foi solicitada a assinatura e a documentação referente à Ata de Registro de Preço nº 121/2024, a empresa informou que estava impossibilitada de emitir a Certidão de Regularidade Fiscal válida, pois estava em processo de regularização junto à Receita Federal.



Isto posto, consoante relato do Sr. Diretor, a detentora não emitiu a certidão de regularidade fiscal atualizada devido à inadimplência com a Receita Federal, estando assim, sem condições de manter sua habilitação fiscal para a referida contratação, em desconformidade com as cláusulas editalícias.

Ressaltou ainda, que a empresa deve ser punida, para que a punição tenha um caráter pedagógico, a fim de que tal situação não seja recorrente e seja evidenciado que os licitantes devem participar dos certames licitatórios em condições aptas para habilitação fiscal e trabalhista.

Vejamos a fundamentação que traz o inciso I, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

Além disso, o artigo 176, do Decreto Municipal nº 13.877/2023, prevê a possibilidade de aplicação de advertência para os casos de descumprimento contratual de pequena relevância, onde não justifique aplicação de sanção mais grave;

Art. 176. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação contratual ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

Nesse diapasão, embora a empresa Conterlub tenha omitido sua inadimplência referente à regularidade junto à Receita Federal o que impossibilitou a emissão de certidão de regularidade fiscal válida, não restaram configurados grandes prejuízos à Administração Municipal, haja vista que foi convocado o próximo licitante, assim, prosseguindo-se com a efetivação do Registro



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Compras e Licitações
GABINETE DA SECRETÁRIA

de preços para o fornecimento do objeto licitado. Portanto, entendemos que a inabilitação fiscal da empresa e o retorno da licitação, não produziram maiores danos à Administração.

Desse modo, concluímos que a penalidade imposta à empresa **Conterlub soluções** será a aplicação de **ADVERTÊNCIA** nos termos do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2023 e do artigo 176, do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

3. DA DECISÃO

Considerando o disposto no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2023 e no artigo 176, do Decreto Municipal nº 13.877/2023, **DECIDO**:

- Aplicar à empresa **CONTERLUB SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** a penalidade de **ADVERTÊNCIA**.

Nos termos do artigo 188, do Decreto Municipal nº 13.877/2023, esta decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco. A partir da publicação, o interessado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso à Autoridade Superior, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

Interposto eventual recurso pelo processado, os autos serão encaminhados à autoridade máxima para análise e julgamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 189, do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

Osasco, 02 de janeiro de 2025

Meire Regina Hernandez

Secretária Executiva de Compras e Licitações



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Compras e Licitações
GABINETE DA SECRETÁRIA

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

TERMO: Decisório

FEITO: Julgamento de Processo Administrativo de Penalidade

OBJETO: Registro de Preços para o fornecimento de Suportes e Cestos de lixo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 002081/2024

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo sancionatório instaurado pela Secretaria de Compras e Licitações para apuração de descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **LICITARIMOB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, no procedimento de contratação.

A referida contratação entre a Prefeitura do Município de Osasco e a empresa Licitarimob Ltda é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 123/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 014/2023, vinculado ao Processo Administrativo nº 24.798/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para o fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo.

Neste contexto, considerando os elementos probatórios constantes nos autos do processo sancionatório, a empresa Licitarimob Ltda comprovadamente retardou a assinatura das Autorizações de Fornecimento (AFs nº 1163 a 1165/2024) por 10 (dez) dias úteis.

Assegurada a ampla defesa e o contraditório, a Procuradoria Geral do Município, por meio de parecer jurídico exarado às fls. 56/58, opinou pela regularidade da sugestão de aplicação de **ADVERTÊNCIA** à empresa Licitarimob Ltda, nos termos e fundamentos dispostos abaixo.

É o relatório.

2. DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação foi regida pela Lei nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº 11.750/2018, o que ensejou a verificação das intercorrências do contrato e a aplicação das respectivas penalidades, conforme os mesmos diplomas.

A dosimetria da pena foi aplicada observando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

Conforme relato do Sr. Diretor de Registro de Preços, anexo às fls. 51 do processo sancionatório, a empresa detentora providenciou a assinatura das Autorizações de Fornecimento com 10 (dez) dias úteis de atraso, em desacordo com as cláusulas editalícias e contratuais.



No entanto, considerando que as assinaturas foram efetuadas e os objetos foram entregues integralmente, entendemos que o atraso não causou danos significativos à Administração.

Vejamos a fundamentação que traz o artigo 63, do Decreto Municipal 11.750/2018, que prevê a possibilidade de aplicação de advertência decorrente da prática de infrações leves, entendidas aquelas que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para Administração;

Art. 63 A sanção de advertência, prevista no inciso I do art. 87 da Lei nº [8.666/93](#), consiste na comunicação formal ao infrator decorrente da prática de infrações leves assim entendidas aquelas que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

Desse modo, concluímos que a penalidade imposta à empresa **Licitarimob Ltda** será a aplicação de **ADVERTÊNCIA** nos termos do artigo 63, do Decreto Municipal 11.750/2018.

3. DA DECISÃO

Considerando o disposto no artigo 63, do Decreto Municipal nº 11.750/2018,
DECIDO:

- Aplicar à empresa **LICITARIMOB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA** a penalidade de **ADVERTÊNCIA**.

Nos termos do artigo 81, do Decreto Municipal nº 11.750/2018, esta decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco. A partir da publicação, o interessado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso à Autoridade Superior, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

Interposto eventual recurso pelo processado, os autos serão encaminhados à autoridade máxima para análise e julgamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 82, do Decreto Municipal nº 11.750/2018.

Osasco, 02 de janeiro de 2025

Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações